



MERCOSUL/RMMA/ATA Nº 02/23

XXX REUNIÃO ORDINÁRIA DE MINISTROS DE MEIO AMBIENTE (RMMA)

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, no dia 8 de novembro de 2023, em exercício da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), a XXX Reunião Ordinária do Ministros de Meio Ambiente (RMMA), com a presença das delegações da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. As delegações da Colômbia e do Peru participaram em sua condição de Estados Associados, de acordo com o disposto na Decisão CMC Nº 18/04.

A abertura oficial da reunião foi conduzida pela Ministra de Meio Ambiente do Brasil, Senhora Marina Silva, no exercício da Presidência *Pro Tempore* (PPTB), que deu as boas-vindas e agradeceu a presença das delegações na reunião.

A Lista de Participantes consta como **Anexo I**.

A Agenda da Reunião consta como **Anexo II**.

O Resumo da Ata consta como **Anexo III**.

Foram tratados os seguintes temas:

1. DIÁLOGO POLÍTICO

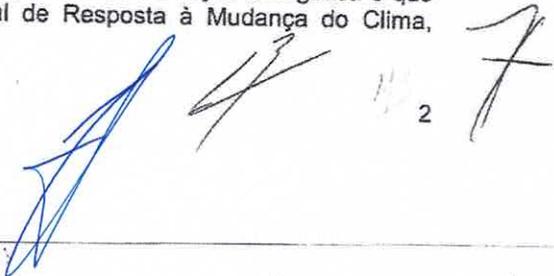
1.1. Transformação Ecológica (Base Tecnológica e Financiamento)

O Ministro da Argentina remarcou que o MERCOSUL está comprometido com a agenda de mitigação, na apresentação das NDC, que os esforços vêm sendo realizados rigorosamente. Afirmou que é necessário insistir no tema da adaptação porque sem ela não poderão ser cumpridos os compromissos assumidos, apresentados na CMNUCC. Ressaltou que há negacionismo da agenda de adaptação. Recordou que no almoço da Reunião de Ministros de América Latina e do Caribe um representante da ONU dizia que a agenda de adaptação não era importante, porque não se cumpriu a de mitigação e sublinhou que isso é preocupante. Por outro lado, ressaltou que se exige aos países preservar os seus recursos naturais, embora não apareçam os instrumentos para financiá-los e deu como exemplo o Fundo do Marco Global Kunming-Montreal que tem apenas duas contribuições, com burocracia e falta de financiamento. Mencionou que a Argentina precisa de 290 a 400 bilhões de dólares para sua meta até 2023, o equivalente a um PIB nacional, non entanto, esse financiamento não existe, há descumprimento no Acordo de Paris. Ressaltou que, com vistas à COP 28, a Nova Meta Coletiva

Quantitativa de Financiamento não tem uma meta concreta, o Fundo de Perdas e Danos ainda não existe e tudo isso dificulta o cumprimento dos objetivos. Também, destacou a falta de eficiência dos organismos financeiros. Em termos de tecnologia, considerou que a tecnologia, considerou que dela irá depender o cumprimento de seus objetivos, tanto em energia solar, eólica e outras renováveis. O desafio do sul global, do MERCOSUL, é não ser fornecedor de matéria prima, exclusivamente, dando como exemplo o lítio, em que a matéria prima representa apenas 2% do mercado total. Recordou que "para não ser dependentes precisamos da tecnologia para não depender desses insumos que estão concentrados; nesse caso, é necessário ter voz concreta e cumprir um papel político relevante, já que de nada servem os documentos vazios". Sugeriu que como região, temos uma carta na manga, a nossa biodiversidade; sem ela o mundo não poderá viver sob um padrão aceitável. O mundo precisa de nós, somos credores ambientais, portanto, temos que cumprir esse papel.

O Ministro do Paraguai, Rolando de Barros Barreto, enfatizou que o Paraguai está trabalhando arduamente na produção sustentável e está caminhando para a transição ecológica por meio de diferentes ações. Expressou que seu país promove a igualdade de oportunidades e protege as liberdades fundamentais, e que aspira a ser o centro regional do hidrogênio verde, promovendo uma economia ampla e sustentável. Ele instou os Estados a buscarem um desenvolvimento conjunto na América do Sul, centrado no bem-estar das pessoas, nos valores e em uma visão integrada de progresso social, ambiental e econômico. Essa visão de futuro está totalmente alinhada com os eixos do Plano de Governo do Presidente Santiago Peña. Também enfatizou a importância de avançar no caminho do desenvolvimento sustentável para promover a igualdade de oportunidades e garantir as liberdades fundamentais dos cidadãos, por meio de uma ampla aliança entre o governo, empresas privadas ambiental e socialmente responsáveis e uma sociedade civil ativa. Ele ressaltou que a importância de trabalhar por uma "economia verde, sustentável e limpa" não é mera retórica e, portanto, enfatizou a importância de identificar instrumentos financeiros sustentáveis para alcançar a harmonia entre o progresso econômico e o respeito ao meio ambiente. Por fim, mencionou que o Paraguai aprovou recentemente a Lei de Créditos de Carbono, que terá um duplo impacto na gestão e no manejo sustentável dos recursos naturais e fortalecerá os sistemas produtivos por meio do financiamento climático.

O Ministro Robert Bouvier, da República Oriental do Uruguai, manifestou que o país é altamente vulnerável à variação do clima devido, especialmente, a que sua economia está baseada na produção agroindustrial e serviços. Informou que houve avanços e que estão enfocados em alcançar uma agropecuária cada vez mais sustentável, que contemple os ecossistemas naturais, a biodiversidade e a terra. Destacou que foram pioneiros na implementação de medidas precoces de mitigação, alcançando nos últimos anos uma matriz elétrica praticamente limpa, por meio da incorporação de energias renováveis. Nesse sentido, afirmou que o país se encontra trabalhando em direção à segunda transição energética, em particular, por meio do desenvolvimento de seu Programa de Hidrogênio Verde. Enfatizou que o país vem trabalhando especialmente nas ações de adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima e que foi pioneiro na implementação de medidas de mitigação mediante a incorporação de energias renováveis. Mencionou que o país encontra-se trabalhando rumo ao segundo período de transição energética e que adotou, desde 2009, o Sistema Nacional de Resposta à Mudança do Clima,



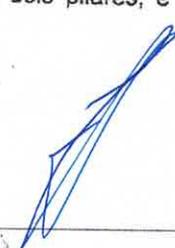
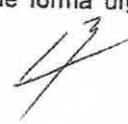
2

documento reitor de suas políticas relacionadas com o tema. Orientou que os esforços sejam direcionados ao impulso de políticas que promovam a competitividade e o cuidado do meio ambiente, de modo a contribuir com a efetiva implementação do Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente do MERCOSUL, bem como fomentar a inclusão da temática ambiental na agenda regional por meio de cooperação técnica e financeira. Manifestou que o país está firmemente comprometido com os objetivos do roteiro do Hidrogênio Verde e com as metas estabelecidas em nossa política de mudança do clima. Enfatizou que a ação climática deve ser ambiciosa e ter um enfoque social, baseado em direitos humanos, com equidade de gênero e equidade intergeracional, e que é importante que a partir de nossa região nos apropriemos de um conceito de transição justa que reconheça as especificidades culturais, econômicas e ecológicas da região. Ressaltou que em outubro de 2022 o Uruguai realizou a primeira emissão de um título soberano associado a indicadores ambientais, que alinha a estratégia de financiamento público com os compromissos nacionais de sustentabilidade e desenvolvimento econômico baixo em carbono. Afirmou que com este instrumento financeiro inovador o Uruguai busca implementar uma estrutura de prêmios e sanções na taxa de juros, vinculando o custo do capital à consecução de seus objetivos climáticos e de conservação da natureza, estabelecidos nos compromissos assumidos no Acordo de Paris.

O Embaixador Guillermo Rivera, da República da Colômbia, expressou que reitera as declarações de seu presidente de que não estamos diante de um risco de mudança do clima, já o estamos enfrentando. Manifestou estar de acordo com as palavras da ministra Marina Silva, de que é necessário adaptar-se às mudanças, mitigar seus efeitos, mas também transformar-nos. Manifestou que a Colômbia depende em maior medida dos combustíveis fósseis e que tem o firme propósito de terminar com a dependência fiscal dos referidos combustíveis. Explicou que são quatro as linhas centrais de seus planos de desenvolvimento: turismo de natureza, a transformação de seus sistemas produtivos em direção à economia florestal, proteção e restauração dos ecossistemas e transição energética justa. Manifestou que o governo colombiano está disposto ao encontro com os demais países a fim de potencializar as vozes da região na questão ambiental. Finalmente, manifestou que seu país tem a intenção de interligar os países da região no que tange ao tema energético.

A Ministra Albina Ruiz, da República do Peru, compartilhou algumas preocupações, como o desmatamento, no sentido de procurar adotar ações conjuntas e atuar, respondendo à esse problema de maneira efetiva; mencionou também o problema dos recursos hídricos, que requer grandes investimentos em tecnologias. Chamou a atenção para o tema de energias renováveis, assinalando a importância de conhecer profundamente o tema da economia circular. Mencionou a luta dos povos indígenas, que se encontram na primeira linha na defesa do meio ambiente e na luta contra a deflorestação.

A Ministra Marina Silva, da República Federativa do Brasil, se expressou sobre o uso do termo "transformação ecológica", colocado propositadamente no Plano de Transformação Ecológica brasileiro, porque todos temos muito claro que teremos que mitigar as causas e nos adaptar à mudança do clima, mas isso não é suficiente: a verdade é que, para além das agendas de mitigação e adaptação, altamente necessárias, é preciso agregar a esses dois pilares, e de forma urgente, uma

  
3

agenda de transformação. Sem isso, é como se estivéssemos, paradoxalmente, "enxugando gelo". Por isso, é preciso, mais que nunca, transformar o nosso modelo insustentável de desenvolvimento. Sem isso, não conseguiremos dar conta do imenso desafio de reverter o grave problema da mudança do clima. A título de exemplo: o desafio de por em marcha a transição energética não pode ser confundido com "segurança energética", que passou a figurar nas narrativas dos países desenvolvidos, sobretudo no contexto da guerra contra a Ucrânia. No caso do Brasil, como o país tem o privilégio de ter uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, especialmente a sua matriz elétrica, é perfeitamente possível, graças às fontes renováveis que possuímos, transitar para uma matriz energética cem por cento limpa, e ainda usar essa energia limpa para gerar mais energia limpa, produzindo hidrogênio verde, e assim ajudar outros países que não têm as mesmas facilidades que o Brasil a fazerem também suas transições. O Brasil encontra-se em posição privilegiada no que se refere ao potencial de produção de hidrogênio verde, e investimentos importantes estão sendo feitos nessa área. O Brasil está construindo um Plano de Transformação Ecológica, elaborado pelo Ministério da Fazenda, que é vivo, dinâmico e possui três objetivos estratégicos: emprego e produtividade, sustentabilidade ambiental e justiça social e climática; tem também seis eixos temáticos: finanças sustentáveis; adensamento tecnológico, bioeconomia, transição energética, economia circular, nova infraestrutura verde e adaptação. Enquanto alguns desses eixos são autoexplicativos, outros merecem reflexões adicionais. Sobre bioeconomia, por exemplo, precisamos estimular um modelo de desenvolvimento econômico, justo e ético, que gere produtos, processos e serviços baseados no uso sustentável de recursos biológicos. São tecnologias sociais com o propósito de fomentar a renda e o bem-estar das populações, em especial daqueles que são os próprios guardiões da biodiversidade, como os povos e as comunidades locais. Com infraestrutura verde, estamos falando de ações como a criação de áreas protegidas ao longo de estradas. Destacou que precisamos transformar nossas vantagens comparativas em vantagens amplamente distributivas, em benefício do planeta e da nossa própria região. Exortou a que os demais países tenham planos semelhantes com estratégias de desenvolvimento que possam enfrentar os efeitos da crise climática e construir uma sociedade mais justa. A Ministra ainda ressaltou a importância da participação concertada na COP 28 em Dubai para firmarmos posição sobre questões fundamentais para a região, como financiamento, especialmente para ações de adaptação, perdas e danos, mecanismos para transferência tecnológica facilitada, entre outras.

1.2. Acordo MERCOSUL-União Europeia

O Ministro da Argentina afirmou que as negociações do Acordo são realizadas pela chancelaria, no entanto, da perspectiva ambiental, existem alguns pontos a ressaltar, por exemplo, a criação de barreiras para-tarifárias para nossos países, como a implementação das normas de produtos livres de deflorestação e ajustes de carbono em fronteira, que levam a um aumento da brecha norte-sul. Apresentou algumas interrogantes: alguém acredita que podemos resolver problemas ambientais sem discutir os modos de produção? Como combatemos a deflorestação ou a destruição de nossos ecossistemas se os países centrais insistem em crescer 5%, 6% ou 7% anualmente? Manifestou a necessidade de esboçar o conceito de países subdesenvolvidos e nesse sentido, ressaltou que o

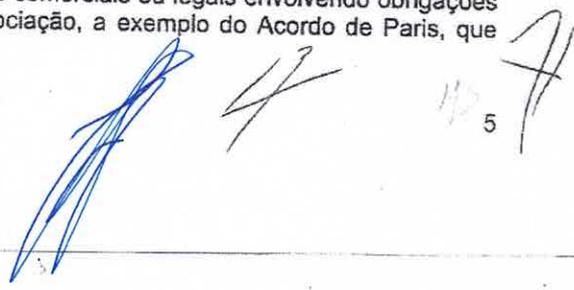
Acordo tem que contemplar a necessidade dos países de crescer para não deixar ninguém para trás, sobretudo quando a América Latina e o Caribe têm 32% de pobreza e o MERCOSUL em torno de 28%. Demandou a necessidade de crescimento, embora não sob o paradigma do século XX, não como fizeram os países centrais, mas sim de maneira sustentável e para essa sustentabilidade é preciso tecnologia. Mencionou que, em matéria de financiamento, por exemplo, o Fundo Verde para o clima, que deu à Argentina 82 milhões de dólares pela implementação da Lei de Florestas, mediante a REDD+, hoje não conta com recursos para a segunda etapa. Ressaltou que existe uma grande hipocrisia dos países centrais, ao não considerar no Acordo os requerimentos de vários países do MERCOSUL. Reafirmou que é preciso fortalecer as indústrias para alcançar interrelações entre nossos países, embora também seja necessário definir quem vai determinar a pegada de carbono dos produtos do MERCOSUL.

O Ministro do Paraguai manifestou que se encontra trabalhando na análise do acordo, desde a assunção do novo governo paraguaio, em agosto passado.

O Ministro do Uruguai afirmou que a assinatura deste Acordo representa uma prioridade de política exterior para o Uruguai e que estão comprometidos em concluir este processo na brevidade possível. Afirmou que compartilham a convicção de que este instrumento adicional em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável poderia proporcionar uma oportunidade para incorporar elementos que mitigam os possíveis impactos do Pacto Verde Europeu e as medidas conexas nas concessões comerciais acordadas no Acordo inicial de 2019. Ressaltou que realizaram uma consulta interna e em coordenação com sua chancelaria, com a participação de vários ministérios competentes em matéria de comércio e desenvolvimento sustentável, incluído o Ministério de Ambiente. Enfatizou que os aportes de seu ministério foram especialmente valiosos em áreas críticas como a mudança do clima, a biodiversidade e a deflorestação. Reafirmou seu compromisso em considerar as preocupações apresentadas, incluídas aquelas relacionadas com o Acordo de Paris e a deflorestação, enquanto persistem na defesa dos interesses e prioridades regionais.

A Ministra do Peru manifestou que solicitou assistência técnica de sua chancelaria com o objetivo de acompanhar as negociações do Acordo, a fim de se preparar como país para alcançar seus possíveis benefícios, tanto para a região como para o país.

A Ministra do Brasil, Marina Silva, destacou que se tem trabalhado seriamente no governo do Presidente Lula para avaliar os melhores termos para obtenção de benefícios mútuos nesse acordo de associação, que poderá gerar renda adicional importante para ambos blocos. Destacou o papel importante dos ministros do meio ambiente no debate desse tema, que não pode ficar restrito às chancelarias dos países do MERCOSUL precisamente por estarem no centro dos debates atuais do Bloco questões de cunho ambiental relevantes face aos desafios climáticos. Disse ser importante que as negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia cheguem a um acordo o mais equilibrado possível entre as Partes, com proposta de linguagem balanceada entre compromissos internacionais e referências nacionais às legislações, sistemas e governança doméstica. Manifestou preocupação com eventuais sanções comerciais ou legais envolvendo obrigações assumidas em outros foros de negociação, a exemplo do Acordo de Paris, que



Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and a smaller one on the right. A page number '5' is written in the bottom right corner.

contempla contribuições nacionalmente determinadas. Afirmou, ademais, que também não se podem aceitar barreiras não tarifárias, veladas, ligadas a questões ambientais. O Brasil espera que as negociações cheguem a bom termo a contento de ambos os blocos com a brevidade possível, ressaltando que os negociadores do Bloco devem buscar, com a competência e a celeridade necessária, um acordo equilibrado, que também contemple a possibilidade de abertura de novos mercados para aqueles produtos sustentáveis, gerando novos estímulos para os nossos países.

1.3. Acordo de Escazú

O Ministro da Argentina, Juan Cabandié, informou que a Argentina ratificou o Acordo de Escazú em 2020 e que a maioria dos aspectos do referido Acordo já estavam consagrados nas normas nacionais. Afirmou que seu país tem uma visão de direitos humanos muito forte e consolidada e que entende a complexidade das lutas ambientais nos diferentes territórios e que, por tal motivo, é preciso continuar trabalhando em sua implementação.

O Ministro do Paraguai, Rolando de Barros Barreto, informou que o país se encontra em processo de análise do Acordo de Escazú, no entendimento de que os acordos são fundamentais, e mencionou as leis nacionais que existem no país, referentes aos temas ambientais.

O Ministro do Uruguai agradeceu a Presidência *Pro Tempore* do Brasil pela inclusão do tema na reunião dos Estados Partes do MERCOSUL. Afirmou que, além de estabelecer padrões mínimos para a implementação dos direitos de acesso, o Acordo busca também a criação e o fortalecimento de capacidades e de cooperação entre as partes. Convidou os sócios do MERCOSUL que ainda não o fizeram, a ratificar o Acordo e tornar-se partes plenas e ativas. Ressaltou que a integração dos países do MERCOSUL ao Acordo de Escazú e sua participação em seus órgãos é de grande transcendência e por tal motivo, o Uruguai, como Estado Parte e como Presidência da Mesa Diretora ofereceu cooperar no processo de análise e ratificação do Acordo, bem como na elaboração de planos nacionais de implementação, que permitam a aplicação e o cumprimento do Acordo.

A Ministra do Peru, Albina Rujz, afirmou que o Peru ainda não ratificou o Acordo, mesmo após duas tentativas frustradas, e que segue envidando esforços para alcançar a ratificação.

O representante da Colômbia, Guillermo Rivera, afirmou que seu país assinou o Acordo e que os trâmites para sua ratificação se encontram em fase final.

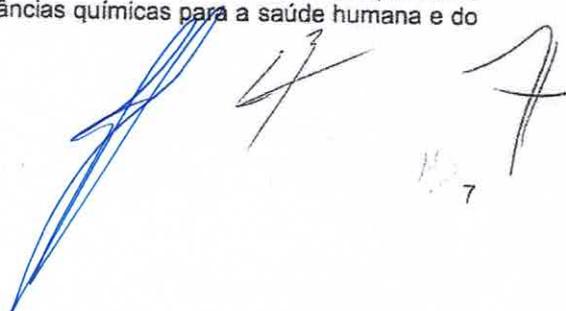
A Ministra do Brasil, Marina Silva, afirmou que o Brasil está no processo final de ratificação do Acordo de Escazú e que a expectativa é de que o Parlamento brasileiro ratifique o Acordo até o início do próximo ano. Afirmou que esse tema foi objeto de grande consideração já no início de sua atual gestão. Afirmou que sua participação na COP2 de Escazú, na Argentina, em 2023, foi muito relevante para o Brasil, ainda que na condição de observador e não como Parte ativa do processo, tal como se espera que aconteça de agora em diante. Parabenizou os esforços da Argentina em organizar a COP2 desse Acordo que é genuinamente um tratado

regional. Expressou pesar com o fato de ser o Brasil um dos países mais violentos e perigosos para os defensores e os ativistas de meio ambiente e dos direitos humanos, situação preocupante que precisa ser reconhecida e combatida. Disse ter ela mesmo pessoalmente presenciado a inadmissível perda de várias lideranças que tiveram suas vidas ceifadas. Destacou que o Brasil foi um dos principais negociadores do Acordo e que já implementa parte significativa das suas disposições, o que poderá ser aprimorado ainda mais com a sua ratificação. Por fim, asseverou que o Acordo de Escazú traz disposições extremamente importantes para a área ambiental que podem contribuir efetivamente para a proteção do meio ambiente e das populações mais vulnerabilizadas. Isso inclui os defensores ambientais, que ainda sofrem ameaças e até mesmo perdem a vida na defesa de causas ambientais na nossa região.

1.4. Prioridades ambientais dos Estados Partes

O ministro do Paraguai, Rolando de Barros Barreto, disse que estão trabalhando no projeto de um sistema de rastreabilidade ambiental, por meio de um certificado de sustentabilidade ambiental, em conjunto com outros ministérios. Indicou que implementaram tecnologias e acesso a diferentes instrumentos inovadores que fortalecem seu sistema de informações ambientais para criar uma estrutura legal e técnica com o fim de mostrar que os processos realizados em seu país são feitos sob critérios ambientais, visando à gestão sustentável dos recursos naturais para se posicionar positivamente na região e no mundo. Enfatizou que o caminho certo que o bloco deve buscar é melhorar os sistemas de informação ambiental e estar interconectado para gerar informações eficazes e úteis para a tomada de decisões. Também instou o SGT Nº 6 a fortalecer os esforços para atualizar o Sistema de Informações Ambientais do MERCOSUL, de acordo com o acima exposto.

A Ministra do Brasil destacou a importância de lidar de forma urgente com os efeitos adversos da mudança do clima, que têm afetado a vida de milhões de pessoas no mundo e que se projeta aumentem em frequência e intensidade. As ações nessa área devem levar em consideração os efeitos nas populações mais vulneráveis, como povos indígenas e comunidades tradicionais, mulheres, crianças, adolescentes e idosos. A saúde dos oceanos também é um ponto de preocupação para o Brasil, e a crescente atenção que os oceanos têm merecido nos últimos anos é justificada, com iniciativas para proteger a biodiversidade marinha e enfrentar a poluição marinha, especialmente plásticos. A biodiversidade terrestre também merece atenção, afetada não apenas pelo aumento das temperaturas, mas também pela enorme destruição de seus habitats pelo uso predatório do solo, incluindo mineração ilegal e tráfico ilegal da vida silvestre. Outra área que é de grande interesse é a segurança hídrica, também afetada diretamente pelos efeitos adversos da mudança do clima, e de importância fundamental para o funcionamento dos ecossistemas e da economia. A gestão integrada dos recursos hídricos exige cada vez mais competência técnica e dados confiáveis, e essa é uma importante área de cooperação entre os países do Bloco. Finalmente, deve-se dar a devida atenção à poluição em todas as suas formas, destacando a importância da gestão segura de produtos e substâncias químicas para a saúde humana e do meio ambiente.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

2. RELATO SOBRE AS ATIVIDADES EM ANDAMENTO NO ÂMBITO DO SGT N° 6 "MEIO AMBIENTE"

As delegações tomaram conhecimento da LXXV Reunião Ordinária do Subgrupo de Trabalho N° 6, realizada na cidade de Brasília no dia 7 de novembro de 2023 e dos temas tratados nesse âmbito. Nesse sentido, a PPTB apresentou um relato das atividades realizadas pelo Subgrupo, que contou, na primeira parte da reunião e na oficina sobre seguro e risco climático, com a participação de representantes da sociedade civil brasileira. (ANEXO IV)

3. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DA DECLARAÇÃO MINISTERIAL.

A RMMA se congratulou pela aprovação da "Declaração das Ministras e dos Ministros de Meio Ambiente dos Estados Partes do MERCOSUL" e a elevou ao CMC para seu conhecimento. (ANEXO V)

4. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PARÁGRAFO PARA O COMUNICADO CONJUNTO DE PRESIDENTES DO MERCOSUL.

A PPTB submeteu à consideração das demais delegações a proposta de parágrafos para serem incluídos no Comunicado dos Presidentes, por ocasião da Cúpula do MERCOSUL.

A RMMA elevou os parágrafos consensuados para consideração do próximo CMC (ANEXO VI).

5. APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO DA RMMA

As delegações realizaram breves comentários sobre os temas a serem incluídos no Programa de Trabalho da RMMA.

O Programa de Trabalho 2023-2024 da RMMA se eleva para conhecimento do CMC e consta como ANEXO VII.

6. OUTROS TEMAS

PRÓXIMA REUNIÃO

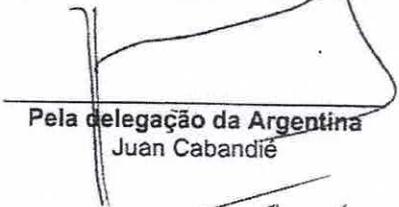
A próxima reunião será convocada oportunamente pela PPT em exercício.

ANEXOS

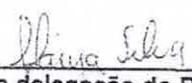
Os anexos que fazem parte da Ata são os seguintes:

Anexo I	Lista de participantes
Anexo II	Agenda

Anexo III	Resumo da Ata
Anexo IV	Relato das atividades realizadas pelo Subgrupo e sobre a participação da sociedade civil
Anexo V	Declaração das Ministras e dos Ministros de Meio Ambiente dos Estados Partes do MERCOSUL
Anexo VI	Parágrafo para Comunicado de Presidentes do MERCOSUL
Anexo VII	Programa de Trabalho 2023-2024



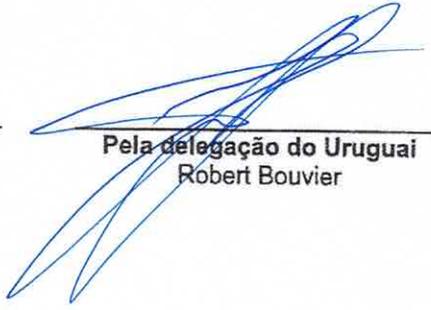
Pela delegação da Argentina
Juan Cabandié



Pela delegação do Brasil
Marina Silva



Pela delegação do Paraguai
Rolando de Barros Barreto



Pela delegação do Uruguai
Robert Bouvier